

**ÍNDIA, DA POLÍTICA PROTECIONISTA À INSERÇÃO INTERNACIONAL:
oportunidades e desafios na política externa e econômica no contexto
pós-reformas econômicas de 1991**

Anderson Matias Cardozo (UNESC)
decardozo06@hotmail.com

Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda (UFPE)
janmarcell@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar dois momentos distintos da postura política do Estado indiano, evidenciando uma estreita ligação entre a política econômica e a política externa. E, neste sentido, investiga-se o período pós independência, caracterizado como uma fase de intenso protecionismo e de forte presença estatal na condução das diretrizes econômicas nacionais, prática que sofre ruptura após as reformas econômicas iniciadas pelo país, em 1991, com a flexibilização do Estado, que passa a se adequar ao contexto de globalização. Para tanto, atenta-se para o novo direcionamento da política externa do país, que tem, nesse novo contexto, desafios e oportunidades que remetem ao desenvolvimento de sua imensa população.

Palavras-chave: Política Externa. Índia. Liberalização econômica. Desenvolvimento.

Abstract: this article aims to analyse two different moments of the political stance of the Indian state, indicating a close link between economic policy and foreign policy. In this sense, The post-independence period, characterised as a phase of intense protectionism and strong state presence in the conduct of national economic policies is discussed. It is a practice that is disrupted after the economic reforms initiated by the country, in 1991, with the easing of the state, which happens to fit the context of globalisation. Therefore, the authors look for the new direction of foreign policy, which has this new context, challenges and opportunities that lead to the development of its huge population.

Key-words: Foreign Policy. India. Economic liberalisation. Development.

Introduction

Em meio à globalização e ao novo contexto internacional pós-guerra fria, assiste-se a emergência de novos centros regionais de poder, o que vem a exercer impactos mais amplos em nível internacional. Neste sentido, crescem em importância aqueles países de denominação emergentes, como Brasil, China e Índia. Esta representatividade pode ser melhor visualizada quando observado o papel ativo desses estados na rodada da OMC.

A Índia, em particular, apresenta, como aglutinador de força, seu vigoroso e contínuo crescimento econômico, puxado pela sua capacidade de grande expoente do setor de serviços, mais especificamente ao seguimento de tecnologias da informação e comunicação; crescimento que também é fruto das oportunidades que se abriram após sua entrada efetiva ao processo de globalização.

Esta política indiana teve como divisor de águas o conjunto de reformas econômicas realizadas pelo país, a partir de 1991, e reflete um momento relativamente recente da nova postura econômica do Estado. No entanto, como evidenciado anteriormente, esse é um processo recente, em que o Estado muda de forma brusca uma política que até então tinha sido sua base norteadora desde a independência em 1947. Esta política tinha como enfoque principal a busca pela autossuficiência no desenvolvimento da indústria e de sua economia, o que teve na figura do Estado um ator atuante, no que tange aos planejamentos e investimentos, alheio ao capital internacional. Esse viés econômico protecionista de desenvolvimento nacional entrelaça com política externa no que diz respeito ao “afastamento e à desconfiança” de fatores exógenos.

No que se refere à política externa, o primeiro momento tem por base a influência direta de dois grandes líderes que lutaram pela independência do país, Gandhi e Nehru. Este último governou a nação a partir de sua emancipação política até 1964, ano de sua morte; período que, em meio à guerra fria, a Índia se caracterizou pelo seu posicionamento isolacionista e uma voz atuante entre os países do chamado Terceiro Mundo. Esta marca se fez presente até fins da década de 1980, quando, com base nas crises fiscais e nos déficits públicos, as autoridades nacionais observaram a irrelevância da política protecionista e começaram a por em prática uma maior abertura aos investimentos e comércio internacional, culminando com a abertura econômica, em 1991, e com uma mudança na política externa.

É com base na reflexão desta mudança paradigmática no âmbito da política externa indiana que buscamos apresentar o novo contexto que se vislumbra para a Índia; cenário que paralelamente oferece potenciais oportunidades, inéditos desafios, e que vem retratando a Índia deste início de século XXI.

1. Uma abordagem de autossuficiência pós-independência

Diante da conquista de sua independência, em 1947, a Índia, sob a liderança de Gandhi e Nehru, procurou incorporar, como estratégia de desenvolvimento, uma política que levasse em conta suas capacidades endógenas, traduzidos na percepção protecionista e de “autossuficiência” no desenrolar de seu desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico. Ilustrativo, neste sentido, é o fato da expulsão da IBM e da Coca Cola na década de 1970 (ANDERSEN, 2001, p. 766). Segundo o referido autor (*Ibidem*, p. 766), “*Multinationals were widely perceived as exploitative and players in a larger foreign effort to weaken India and make it dependent on the West*”.

Atrelado a isto, o posicionamento político indiano esteve intimamente ligado ao cenário regional com as ameaças do Paquistão e da China (2001, p. 767), o que também impulsionou a busca pelo desenvolvimento em ciência e tecnologia no país. Costa Lima (2008, p. 20), ao analisar os períodos anteriores e posteriores à emancipação indiana, chama a atenção para os resultados positivos da economia do país a partir da década de 1950, observando que, entre 1900 e 1950, a economia permaneceu estagnada, crescendo a taxa de 0,8%, e, das primeiras décadas após sua independência até meados dos anos 1980, apresentou uma taxa média de crescimento de 3,4% ao ano. Estes resultados ganham maior relevo quando se tem em mente que, neste mesmo período, a Índia foi um dos poucos países no mundo a atingir uma tendência de aceleração significativa em sua taxa de crescimento, ou ainda, foi a época do desenvolvimento para dentro, capitaneado por Nehru, e caracterizada por uma política de substituição de importações e desestimulada do investimento externo (COSTA LIMA, 2008, p. 20).

Grande expoente da política indiana, e um dos responsáveis pelo início do desenvolvimento indiano, Nehru se tornou Primeiro Ministro após a emancipação nacional, perdurando até 1964, ano de sua morte. Desde então, desenvolveu uma política externa de cunho mais autônomo, ou seja, um viés desenvolvimentista alheio a uma estreita integração econômica e comercial internacional. Neste sentido, a política econômica nacional protecionista se fez sentir na construção da política externa, pautada em uma constante desconfiança ao comércio internacional. Este fato é justificado pelo histórico de exploração econômica vivenciado pelos indianos frente ao Ocidente, em particular, a Inglaterra. Portanto, a condução externa da política indiana tem como vetor sua estratégia de desenvolvimento endógeno, sendo uma extensão e uma complemento da política econômica.

Neste contexto, a postura internacional do país foi marcada por uma procura constante em estabelecer um ambiente harmonioso e tolerante, ancorada no isolacionismo diante da estrutura de guerra fria, como enfatiza Porto de Oliveira (2008, p. 3):

Nehru buscou para a Índia um papel ativo e independente nas relações internacionais, tudo envolto em princípios morais e idealistas que contrastavam com a *realpolitick* praticada pelas grandes potências. Em vez de preparativos militares e sanções, a Índia pregava negociações. Em vez de contenção e destruição do comunismo, convivência pacífica [grifo no original].

Ainda sobre seu caráter desenvolvimentista, a estratégia indiana tinha como base fomentar um sistema econômico que fosse capaz de funcionar em consonância com as necessidades mais gerais da população, ao mesmo tempo em que, internacionalmente, sua postura seria de não

alinhamento. Assim, o setor público foi primordial na condução da economia nacional, pautado em controles e proteções. Para tanto, instituiu-se a Comissão do Planejamento, com a missão de traçar os planos quinquenais, iniciados em 1950 (*ibidem*, p. 3).

Refletindo esta conjuntura econômica da Índia, Narlikar (2009, p.105) observa que “[...] [o] modelo hindu de desenvolvimento estava baseado na substituição de importações, buscando a autosuficiência. Assim, seus interesses proativos na liberalização do comércio mundial eram limitados [...]”, caracterizando uma política pós-independência que tinha como preocupação maior a independência econômica, arquitetada no planejamento econômico, tendo em vista a construção de uma indústria nacional pesada. É neste cenário que há uma aproximação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (COSTA LIMA, 2007), beneficiando a Índia em vários aspectos, no qual, a partir da visão estratégica de Nehru, se pode otimizar intensamente o que a URSS tinha a oferecer naquele momento, como capacidade científica/tecnológica e militar, convertendo-os à necessidade de desenvolvimento e defesa da país (CHAULIA, 2002, p. 230).

Conforme Pereira (2003, p. 3), “[o] setor público indiano investiu pesadamente na conquista de autonomia tecnológica em setores considerados fundamentais para sua produção agrícola e para sua indústria militar”. Além disso, houve a nacionalização do sistema de seguros, em 1956, e do sistema bancário, em 1969, dando um controle estatal sobre suas operações (*Ibidem*, p. 3). “Essa posição de resistência deriva parcialmente da experiência colonial indiana, bem como dos acordos infelizes com o Ocidente” (2003, p. 118). Isso fez da Índia um país grandemente cauteloso em relação a acordos e alianças com as grandes potências ocidentais.

Para tanto, o Estado indiano se mostrou, durante o período de bipolaridade mundial, emblemático, no que tange à resistência contra influências dos países mais poderosos, mostrando seu pensamento isolacionista; o que não lhe impediu de ser uma voz importante e de liderança dos países do Terceiro Mundo. Segundo Pereira (2003, p. 4-5),

O país constrangido pela forma em que se deu sua luta pela independência e por estas determinações geopolíticas, tomou sucessivas decisões no plano de sua política externa que o conduziram a uma diversidade de situações. Ainda que algumas tentativas de intermediação tenham sido frustradas, a exemplo da Guerra da Coreia, outras obtiveram grande receptividade. A Índia assumiu uma posição de liderança incontestada e ativa dentro do movimento dos Países Não-Alinhados que nasceu da Conferência de Bandung, em 1955, apoiando um ‘neutralismo ativo’ e uma defesa intransigente da soberania e igualdade de todas as nações contra todo tipo de pressão ou ingerência das grandes potências nos assuntos internos dos demais Estados. Embora alianças conjunturais (como por exemplo, o Tratado Indo-Soviético de Amizade de 1971) tenham sido duramente

criticadas, como se a estratégia de não-alinhamento tivesse sido posta à venda, levou Nova Delhi não só a rejeitar tal interpretação, como exercitar sua liderança entre muitos países em desenvolvimento, complementando seu papel nas Nações Unidas de onde sempre foi membro atuante e disposto a apoiar a organização. [grifo dos autores].

Esta postura política contribuiu para uma maior projeção do país internacionalmente, favorecida pelo não alinhamento, que foi garantido pela força econômica e militar. Ghoshal (2003, p. 521) acrescenta que a “aproximação” da Índia com as grandes potências mundiais facilitou o fluxo de assistência tecnológica e financeira dos dois blocos ideológicos.

Um papel de liderança indiana surge; liderança esta norteada por princípios distintos daqueles observados nas duas superpotências que rivalizavam na guerra fria, apontando para um viés alternativo, de bases não realistas, em defesa de princípios humanísticos. Nesse momento, importa lembrar que, conforme Ganguly (2003/2004, p. 41) e Hilali (2001, p. 738), *apud* GUIMARÃES (2008), Nova Délhi defendia o direito de definir interesses próprios em matéria de política externa e de segurança, sem qualquer ingerência de outros países. Essa política permitiria a Índia se manter equidistante das divergências ideológicas então existentes entre as duas superpotências (EUA e URSS) e, ao mesmo tempo, desempenhar papel internacional muito superior a seu poder militar e econômico; papel que era sustentado pelo idealismo e pela estatura moral de Nehru, que além de criticar o colonialismo e o racismo, defendia o desarmamento mundial, a solução negociada de controvérsias, a coexistência pacífica e o desenvolvimento econômico. Entretanto, uma forte motivação para a política externa de Nehru era demonstrar que a Índia se tornara de fato independente e tinha o direito de traçar seu próprio destino.

E, foi assim que a Índia combateu o colonialismo e o imperialismo, além de ter sido uma liderança importante contra o racismo, em especial o *Apartheid* praticado na África do Sul (SINHA, 2002; CHAULIA, 2002, *apud* GUIMARÃES, 2008, p. 7).

O que se viu foi um “desenho” de política externa indiana que esteve amplamente ancorada em um projeto de maior inserção do país em nível regional e internacional. Neste percurso, o paradigma político de vertente idealista de Gandhi presente nos 17 anos iniciais de independência, gradativamente, foi sofrendo mudanças, dando lugar a um viés de cunho mais realista (GUIMARÃES, 2008, p. 6).

Chaulia (2002, p. 219) salienta como os condicionantes regionais influenciaram o direcionamento da política externa indiana, que passou a captar forças para a garantia da segurança nacional, em especial após a derrota militar, em 1962, para a China. Por sua vez, o movimento de Não-Alinhamento ganhou nova roupagem para se adequar às preocupações de

segurança interna, transformando-se em um mecanismo de pragmatismo. E, neste sentido, tornou-se primordial, para a Índia, desenvolver uma política mais voltada para geração de tecnologias militares, o que foi demonstrado com a explosão nuclear, em 1974, ocorrida dez anos depois da chinesa (PEREIRA, 2003).

Impulsionada pela obtenção de maior poder, transmitida por meio da política externa de Indira Gandhi, Ghoshal (2003, p. 522) reforça que, estabelecida a Índia como um poder regional, Indira vislumbrou para o país dimensões mais globais, percebidas, dentre outros fatores, apor meio do aumento quantitativo de suas viagens para o exterior.

Os dois governos de Indira Gandhi (1966-1977 e 1980-1984) deixam transparecer o caminhar para um novo direcionamento (GUIMARÃES, 2008). Essa percepção fica explícita no final do seu segundo governo, identificado por Maass (1997, p. 48) quando faz a seguinte análise:

Em 1983, as percepções da Índia em matéria de uma ordem regional na Ásia Meridional foram resumidas em parâmetros inicialmente intitulados '*A Doutrina de Indira Gandhi*' e subseqüentemente renomeados de '*Doutrina da Ásia Meridional*'. Esses parâmetros relevam os elementos centrais das necessidades de defesa da Índia: a Índia não tolerará que qualquer país da Ásia Meridional passe ao largo da Índia para pedir apoio a uma potência extra-regional. Pelo contrário, a Índia insiste em seu próprio status como a potência regional. [Grifo no original].

Mesmo com esse enfoque da presença realista nos governos de Indira Gandhi, percebe-se o forte teor ideológico do pensamento de seu pai Jawarhalal Nehru. No plano militar, segundo Chaulia (2002, p. 220), “[...] Indira Gandhi mostrou pouco interesse durante seu segundo mandato para mais testes, apesar dos saltos na capacidade da ciência atômica”. O mesmo autor (2002, p. 219) ainda enfatiza que a política externa de Indira Gandhi compartilhou muito dos pressupostos de Nehru sobre a grandeza civilizacional e moral da Índia, sobre a necessidade de permanecer cautelosa ao neo-colonialismo ocidental, sobre o imperativo de defender a descolonização na África e América Latina e sobre os benefícios de uma economia mista protegida.

No transcorrer das mudanças na política externa do segundo governo de Indira Gandhi, eleva-se o espírito de liberalização econômica, muito embora, com poucas ações concretas, resumindo-as a determinados setores e de maneira cautelosa. Essa abertura ficou mais evidente no governo posterior, do seu filho Rajiv Gandhi (VIZENTINI & GRASSI, 2008). Neste sentido, Costa Lima (2008, p. 20) destaca, deste último governo, alguns estímulos à abertura econômica da Índia, percebido a partir do início de algumas medidas de reformas de cunho liberalizante, com redução dos impostos e estímulos aos investimentos industriais

privados. Com essas políticas, a economia do país passou a crescer em média 5,8%, mas sempre ameaçada pelos gastos governamentais, que acabou por deflagrar a crise fiscal no início da década de 1990.

Assim, o governo de Rajiv Gandhi (1984-1989) é marcado pelo seu caráter de grande incentivador das práticas econômicas e políticas em benefício da liberalização, anterior às reformas econômicas de 1991, quando se distanciou da URSS e estreitou laços com os EUA, implementando uma vertente política modernizadora, pautada no fortalecimento da indústria de telecomunicações e nas de base tecnológica, como aviação e defesa (COSTA LIMA 2007). O autor também chama atenção para os desequilíbrios presentes no governo de Rajiv Gandhi, quando, “em seu mandato, a Índia teve um crescimento médio de 5,6% do PIB, mas apresentava descontrole de gastos públicos, que terminou na crise fiscal no início dos anos 90, quando a Índia inicia suas reformas pró-globalização”.

2. As reformas econômicas de 1991 e a abertura à globalização

Emblemático para retratar a realidade positiva da economia atual da Índia é a ligação ao seu processo de liberalização, iniciado em 1991; política que retrata a efetiva introdução do país à globalização neoliberal. É importante destacar que, já em meados da década de 1980, são observadas grandes transformações internas, abarcando seus aspectos econômicos, políticos e sociais, evidenciando a chegada de um contexto de maior complexidade, com a introdução de novas demandas e potencialidades, o que refletiu no crescimento econômico do país. Pereira (2003, p. 8) observa estas transformações econômicas e suas implicações levadas a cabo na década de 1990:

[...] Durante os anos 80, a economia indiana cresceu rapidamente: o produto interno bruto (PIB) sob o índice de 3,6% ao ano, no período de 1965-1980 passou para 5,5% em 1980-1990. No entanto, esse crescimento foi acompanhado por grandes desequilíbrios macroeconômicos, culminando com uma grave crise nos primeiros anos da década de 1990.

Acompanhando esse processo de mudanças a partir da década de 1980, fica notório o ambiente cada vez fértil às grandes mudanças estruturais, levados por demandas internas e, principalmente, por condicionantes internacionais, em especial pelo Fundo Monetário Internacional.

Estas foram mudanças que objetivavam uma integração mais robusta ao comércio internacional, favorecendo um amplo nível de competitividade e oportunidades para as indústrias nacionais. Mudanças que trazem novas necessidades e contradições. Sobre este aspecto, Gordon (1997, p. 4-5) afirma que:

India's policies of economic liberalization and globalization have necessitated a new focus on the development of infrastructure, both to provide for the more rapid economic development associated with liberalization and to make Indian industry more internationally competitive, but globalization also throws up potential conflicts between competing areas of infrastructure.

Portanto, a dinâmica de liberalização exige que mudanças estruturais sejam adotadas para absorver “os benefícios da globalização”. E, neste sentido, instituições internacionais têm papel fundamental no que tange às diretrizes de liberalização, em destaque o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O pós guerra fria suscita uma nova dinâmica às relações internacionais, exigindo dos Estados uma adequação ao novo paradigma global, ou seja, que tem por base relações de dependências múltiplas e abertura comercial. E, dentro desta nova configuração, a Índia, a partir de 1991, lança mão de uma nova política econômica, em consonância com esse contexto neoliberal de vertente globalizada; um novo contexto que, para Ghoshal (2003, p. 525), tem aberto novas oportunidades para a Índia remodelar relações com outros Estados.

Andersen (2001) reforça este pensamento quando diz que “está claro que a mudança nas condições internacionais habilitou a Índia a remodelar a política externa sobre linhas de auto-interesse econômico”, flexibilizando as relações comerciais, ao mesmo tempo em que Bradnock (1997, p. 146-7) chama a atenção para o interesse dos vários atores, muito além do governo central, em que muitos governos estaduais têm a liberdade de entrar diretamente em negociações contratuais com empresas estrangeiras. Esta é uma realidade liberal distinta do que foi vivenciado, sobretudo nas três primeiras décadas da Índia independente. Nesse sentido, Fernandes (2001, p. 91) elenca que

[a]s décadas de 1970/80 basearam-se numa política protecionista, com fortes regulamentações, com presença do setor público na economia, e com a conseqüente degradação dos déficits orçamentais (especialmente na década de 1980), tendo-se revelado como uma estratégia insustentável.

Ainda, segundo a autora (2001), a flexibilização do Estado vem como resposta às crises na balança de pagamento e fiscal, culminando com as reformas econômicas e, conseqüentemente, com a estabilização de sua economia. Em um período relativamente curto, a abertura econômica da Índia apresentou resultados favoráveis. Em outras palavras, ao longo dos anos 90, o país se recuperou da crise fiscal da década anterior, passando a uma taxa anual de crescimento de aproximadamente 7,7%. O seu ambiente fértil favoreceu o aumento da

produtividade, do Investimento Externo Direto e alavancou as exportações (VOLODIN, 1997).

Com a preocupação de se lançar na economia globalizada, a Índia vê nas reformas estruturais o caminho mais sugestivo para gerar crescimento econômico mais intenso (*Ibidem*). Costa Lima (2008) destaca o momento positivo do país pós liberalização, em que a primeira geração de reformas (1991/2004) começa com menos de 1 bilhão de dólares de reservas cambiais, em 1991, e vai atingir 125 bilhões de dólares, em 2004. Esta visão é corroborada por Rodrigues (2010), que observa, nas altas taxas de crescimento econômico da Índia na década de 1990, um patamar ao nível do chinês. Esta é uma análise positiva também presente no pensamento de Andersen (2001, p. 771), para quem,

[a] pesar dos contínuos desafios, os resultados imediatos dessa nova orientação econômica têm sido geralmente positivos. A taxa de crescimento do PIB anual da Índia tem aumentado entre 6% - 7% sobre os últimos anos, o dobro da média das primeiras quatro décadas de independência. [tradução dos autores].

A partir de sua integração à economia global, há uma atualização no pensamento indiano acerca do paradigma desenvolvimentista, no qual Pereira (2003) explicita as novas prioridades da Índia globalizada. Segundo a autora (*Ibidem*, p. 11), priorizaram-se os incentivos de mercado e os instrumentos indiretos de políticas de preferência de controles físicos diretos. Uma maior atenção também foi dada à modernização tecnológica, a fim de promover as exportações.

Para Porto de Oliveia (2008, p. 7), [...] O verdadeiro arquiteto da liberalização foi Monmahan Singh, que era ministro das finanças no Governo Rao, e o grande desdobramento permitido pela abertura da Índia às novas práticas da vida internacional, em sintonia com a globalização econômica dos anos 1990, foi a transformação do país na grande base mundial da terceirização eletrônica.

Como já vinha desenvolvendo sua tecnologia de produção de software, a abertura econômica foi de grande importância para esse setor, onde o país logo se transformou em um dos maiores produtores de Tecnologia da Informação (TI), tendo em vista a qualidade de seus profissionais, que têm bom domínio na língua inglesa e uma inclinação apurada aos conhecimentos matemáticos.

Como inflexão na política externa indiana no início da década de 1990, novas perspectivas são evidenciadas, no qual o poder de influência estatal pode ser percebido a partir do papel de liderança em agrupamentos de Estados e, neste sentido, a Índia se destacou

como um ator líder entre os países da periferia e do bloco dos Não-Alinhados (no período de bipolaridade mundial), potencializado em políticas atuantes. Essa atuação ganha nova roupagem neste início de século XXI, agora pautado em relações cooperativas com países do chamado eixo Sul, ou seja, novas alianças são firmadas com nações com parecidos níveis de desenvolvimento.

Segundo Nunes de Oliveira, Onuki e Oliveira (2006, p. 465-6), o processo de constituição de coalizões internacionais tem ocupado papel central na dinâmica das negociações multilaterais e regionais de comércio, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional. A abertura de uma nova rodada de negociações multilaterais no âmbito da OMC, justamente com foco nos novos desafios temáticos sobre comércio internacional e caminhos para o desenvolvimento, reintroduz a centralidade do papel das coalizões das alianças Sul-Sul

Neste contexto, países como Brasil e África do Sul passam a desempenhar papel estratégico na configuração de sua política externa. O fato novo nestas relações multilaterais indianas é que, diferentemente da guerra fria, a nação asiática tem hoje um maior relevo no cenário internacional, puxado pelo substancial e estável crescimento econômico e aliado a sua nuclearização, o que faz da Índia um grande polo de poder em nível regional.

Diante dessa maior abertura política e econômica da Índia, o país vem adotando um posicionamento mais flexível, modificando um histórico de protecionismo e resistência frente às políticas ocidentais. Narlikar (2009, p.102) chama a atenção para essa nova postura, em que, segundo ele, “um país em ascensão como a Índia, cuja economia vem se conectando cada vez mais à economia mundial e cujo poder crescente é internacionalmente reconhecido, tem poucas razões para permanecer na defensiva”. Além disso, “a perspectiva nessas ações defensivas e a concomitante relutância em participar de maneira proativa no mundo, porém, são difíceis de ajustarem a nova Índia, mais liberal e autoconfiante” (NARLIKAR, 2009, p. 103). Neste novo cenário global, está o fim da guerra fria e a reestruturação da economia global; fatores determinantes para se pensar em uma integração crescente da Índia a esse novo ambiente (BRADNOCK, 1997).

Com uma política externa mais diversificada neste início de século XXI, com alianças com países africanos, países em desenvolvimento e no próprio cenário asiático, a Índia começa a colocar em prática uma política mais proativa, baseada na obtenção de poder e maior inserção regional, em ligação direta com a continuidade de seu crescimento econômico, fazendo prevalecer a ação protagonista do Estado nacional. Segundo Oliveira (2005, p. 7),

[...] Com a redução do sistema de confronto da guerra fria, estabeleceu-se um sistema político mais complexo, em que as considerações de poder passaram a ser muito mais diversificadas, possibilitando espaços para manobras político-diplomáticas para os mais variados Estados, com reflexos sobre o processo decisório internacional.

Jackson e Sorensen (2007, p. 113) são autores que também comungam com essa ideia da centralidade do Estado no atendimento aos anseios societal, acreditando que “se as pessoas desejam aproveitar um espaço político livre da intervenção ou do controle de estrangeiros, é necessário mobilizar seu poder e posicioná-lo estrategicamente para o alcance dessa finalidade”. Ou seja, faz-se necessário organizar-se em um Estado capaz e efetivo por meio do qual seja possível defender seus interesses.

Na consecução dos objetivos nacionais, percebe-se, na figura de um Estado com capacidades econômicas, políticas e militares, a possibilidade de um maior poder de barganha no cenário internacional e, dentro desta perspectiva, é emblemático o papel do Estado indiano a partir de sua independência, tendo uma inflexão mais efetiva após seu processo de reformas econômicas, adaptadas ao modelo de flexibilidade da globalização.

Portanto, é essa Índia que entra em cena atualmente no contexto internacional. Impulsionada pelo sucesso econômico que vem acompanhando sua economia ao longo de duas décadas, o país persegue o status de grande potência internacional. Para isso, este país investe em sua capacidade militar, científica e tecnológica, ao mesmo tempo em que desenvolve uma política externa bem distinta daquela vivenciada nas primeiras décadas de sua independência, em que o idealismo fazia parte de sua condução no plano global.

Vale ressaltar que, diante de uma imensa complexidade nacional, o processo de liberalização econômica não sofreu rupturas desde seu início, o que pode ser um fator positivo perante as exigências econômicas internacionais e, como salienta Andersen (2001, p. 771), talvez, a mais notável faceta do processo de reforma econômica é que foi sustentado, por uma década, por uma série de governos que abrangem o espectro ideológico, particularmente sobrevivendo duas mudanças significativas em governos, um em 1996 e outro em 1998.

O que se assiste, no entanto, em relação à liberalização econômica da Índia é um mecanismo de seletividade, com o Estado presente em setores importantes. De acordo com o ponto de vista de Narlikar (2007, p. 989), “[o] processo de liberalização na Índia, ao contrário de muitos países da América Latina, tem sido uma forma muito cautelosa e gradual. Ainda hoje, uma suspeita geral de liberalização econômica é generalizada na Índia”. Este posicionamento cuidadoso não obscurece os resultados satisfatórios pós-liberalização, em que, para Ghoshal (2003, p. 522-3), “a abertura econômica para a competição global e

liberalização junto com o progresso do programa nuclear emprestou a Índia o status atual de ser um poder asiático emergente”.

Portanto, a Índia pós-reformas econômicas experimenta uma nova dinâmica em sua política externa, o que vem refletindo-se em uma imagem positiva do país perante o sistema internacional. Esta mudança estrutural presente no país pode ser percebida diante de uma reestruturação de sua política interna. Como salienta Chaulia (2002, p. 216), “a influência do parlamento e dos partidos na política externa foi apenas marginal durante o primeiro quarto de século de existência soberana da Índia”.

Figurando como uma força política proeminente desde a independência do país, o Partido do Congresso foi o principal condutor da política externa nacional, tendo em Nehru a incumbência de, além de ser primeiro ministro, acumular o cargo de ministro dos negócios estrangeiros. Não por acaso, a influência de sua política ainda se faz sentir atualmente. Como destaca o presente autor (2002, p. 218), “apesar de ser um recalcitrante seguidor da Satyagraha gandhiana durante a luta pela liberdade, Nehru estava interessado na adaptação dos ensinamentos do grande mestre para as relações internacionais”.

No ritmo das transformações indianas, na década de 1990, assistiu-se a emergência do Bharatiya Janata Party (BJP) no cenário político nacional, trazendo à baila um discurso bem distinto daquele defendido pelo Partido do Congresso; mudança esta que não se resumiu ao discurso, ou seja, foi incorporado ao caráter ideológico do partido, impactando diretamente na política externa do país. Como Chaulia (2002, p. 216) deixa claro, o discurso do BJP em campanha política, em 1998, esteve pautado em uma promessa de reavaliação da política nuclear do país, em que passa a observar nas armas nucleares um mecanismo de dissuasão.

A partir dessa inflexão de pensamento político, o BJP faz emergir uma alternativa realista na condução da política externa da Índia, em consonância com o impulso de sua economia e a maior inserção internacional. E, a respeito da nuclearização do país que se deu no mandato do BJP, em maio de 1998, a observação de Chaulia (2002, p. 216) é de que “esse evento supostamente significou uma ruptura nos ideais nehruviano de não proliferação e suscitou o BJP a se orgulhar da execução de seu modelo alternativo capaz de abalar as estruturas da política externa do Partido do Congresso”. O autor (2002, p.227) ainda complementa o argumento, destacando que o BJP foi o partido que percebeu a irrelevância do movimento de não-alinhamento para o presente momento.

Portanto, a mudança na estrutura econômica da Índia foi acompanhada de um novo viés político, em que, na figura do BJP há uma postura bem mais estreita com a internacionalização e a liberalização econômica, diferentemente da ótica protecionista que se

fez presente nos governos do Partido do Congresso. Ainda, de acordo com a lógica ideológica, para Chaulia (2002, p. 227), “o BJP sempre foi a escolha natural da diáspora indiana de colarinho branco [...]”. Ou seja, “uma rede sólida do partido de elite, leais aos partidários indiano-americanos”.

Essas transformações nas ações políticas da Índia estão dentro do contexto pós 1991, apresentando-se como um divisor de águas na política externa do país, em que, na observação de Andersen (2001, p.772), “a percepção indiana de maior segurança no pós guerra fria fez reformular sua política externa. A transformação na economia do país tomou lugar contra a aparente contradição movida pela conduta do teste nuclear”.

Esse viés mais internacionalista abre um leque de opções a Índia, que também passa a ser vista internacionalmente como uma região fértil para investimentos. E, o que contribui para esta percepção é a pujança de sua economia e uma crescente classe média sedenta por consumir produtos e serviços dos países “desenvolvidos”. Outra área na qual a mudança está sendo vista é o esforço para melhorar a relação com países, como os EUA, as nações membro da União Europeia, o Japão e o sudeste asiático, que podem oferecer a Índia comércio, investimentos e alta tecnologia, percebido como necessário para garantir crescimento econômico mais rápido (ANDERSEN, 2001, p. 768).

Sobre a relação da Índia com a União Europeia, Narlikar percebe uma reciprocidade em termos de importância. Para ele (2007, p. 986), “a parceria estratégica da Índia com a União Europeia (UE), acordada em 2004, coloca a Índia em pé de igualdade com outros parceiros estratégicos da UE, como os Estados Unidos, Canadá, China, Japão e Rússia”.

Ademais, as novas oportunidades que se abrem para a Índia atualmente se deparam com desafios também inéditos, trazendo à tona percepções e posturas políticas que visem equilibrar ideologias e práticas passadas com as condicionantes que advêm do contexto da globalização. O dilema da política externa emergente da Índia é como manter uma declarada capacidade de armas nucleares sem minar seriamente as relações com o mundo industrializado, que possui o capital, a alta tecnologia e o mercado necessário para a continuada expansão da economia (ANDERSEN, 2001, p. 773).

Tendo em vista os resultados favoráveis da liberalização econômica, com a inserção cada vez maior com o mundo ocidental, uma postura rígida de isolamento da Índia pode não ser prudente e interessante para realidade atual de sua economia. No entanto, uma abertura desordenada, sem uma seletividade pode prejudicá-la e comprometer os ganhos adquiridos ao longo das duas últimas décadas. Esta preocupação pode ser vista em Narlikar (2007, p. 994), quando destaca que velhas estratégias que contribuíram para o caminho de obtenção de poder

da Índia não podem ser abandonadas nesse estágio, se a Índia continuar a sua marcha para aumentar seu poder.

De fato, o processo de liberalização de sua economia fomentou um maior crescimento econômico. Com base na solidez de sua economia, assistiu-se ao mesmo tempo sua projeção em termos de poder políticos no cenário internacional, percebido por meio do seu papel de liderança entre os países em desenvolvimento, o que se reveste em sua voz ativa em fóruns internacionais, juntamente com Brasil e China. Para Narlikar (2007, p. 985), a Índia tem usado, de forma mais proativa e em seu proveito, as instituições internacionais, exemplo da Organização Mundial Comércio (OMC), no uso do Mecanismo de Resolução de Controvérsias, em contraste com o uso dessa ferramenta no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Estas são atitudes que corroboram com seu objetivo de obtenção de poder e maior inserção internacional. O uso do Mecanismo de Resolução de Controvérsia da OMC ilustra bem esse pensamento. Em outras palavras, o uso desta ferramenta apenas explicita o posicionamento proativo da Índia no cenário internacional, inserindo-se em discussões que até recentemente era reservado para as grandes potências (NARLIKAR, 2007).

Sendo assim, a Índia emerge neste início de século XXI como um Estado que começa a colocar em prática seu projeto ideológico de grande civilização, já apregoado por Nehru e Indira Gandhi, e que atualmente passa a ter a seu favor ferramentas de poder para atingir esta finalidade, o que mexe com a estrutura geopolítica regional e internacional.

Considerações finais

As distintas políticas externas, por mais que apresentem mudanças radicais, têm em comum o fato de ser uma extensão da política econômica, ou seja, a política isolacionista das quatro primeiras décadas de independência influenciou fortemente o posicionamento do país no cenário internacional, da mesma forma que a flexibilização do Estado, a partir das reformas econômicas de 1991, alterou a política externa do país, agora muito mais proativa, com a necessidade de incrementar parcerias econômicas e acumular poder a partir de variáveis diversas; rupturas estas que são explicadas dentro das teorias das relações internacionais.

Em outras palavras, o período isolacionista tinha como viés político um caráter idealista, pautado por princípios cooperativos e harmoniosos. Por sua vez, a política externa atual tem como base uma postura realista, caracterizada pela busca incessante por captação de poder e maior inserção internacional, tendo na maximização econômica apenas mais uma variável de poder, que se complementa com a capacidade bélica e ideológica. Portanto, essas características são encontradas na Índia atual, que tem como objetivo maior se tornar uma

grande potência internacional, o que está sendo construído a partir de sua política externa cada vez mais incisiva em questões estratégicas.

Pensando-se no contexto regional no qual a Índia está inserida, é compreensivo o seu comportamento em torno aumento de poder. A Ásia tem, além da Índia, outras grandes potências regionais e até “internacional”, como é o caso da China. A presença deste último por si só já justifica a política expansionista indiana. A China, detentora da economia que mais cresce no mundo, possui grandes capacidades bélicas e operacionais, tendo em suas mãos capacidade nuclear e um forte sentimento de liderança na região.

Por outro lado, fazendo fronteira com a Índia, tem o Paquistão, inimigo histórico, também nuclearmente armado e aliado dos chineses. Portanto, é uma região conflituosa, possuidora de importantes recursos naturais, como o energético, em que estão presentes grandes Estados com interesses difusos. Sendo assim, a política externa da Índia visa antes de qualquer coisa, a segurança nacional e, para isso, vai lançar mão de todos os recursos disponíveis, com a preocupação permanente de acumular ainda mais.

Neste sentido, é imensa a relevância em compreender as atuais políticas da Índia e seus direcionamentos em nível regional e global, o que influencia direta ou indiretamente estruturas políticas e econômicas de importantes países como Brasil, China, África do Sul e Estados Unidos. Consequentemente, este artigo compõe uma das temáticas mais efervescentes da Ciência Política, em especial das Relações Internacionais.

Referências

ANDERSEN, Walter (2001). Recent Trends in Indian Foreign Policy. **Asian Survey**, 41(5): 765-76.

BRADNOCK, Robert W. (1997). A Índia depois da autarquia: o desafio político da internacionalização. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) **Estratégias Índia e Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. p. 131-50.

CHAULIA, Sreeram S. BJP, (2002). India's Foreign Policy and the “Realist Alternative” to the Nehruvian Tradition. **International Politics**, 39: 215-34.

COSTA LIMA, Marcos (2008). Índia: Avanços, problema e Perspectivas. **Textos Acadêmicos: Índia**. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, p. 85-99.

_____. (2007) Índia e Brasil: entre o sono e o despertar. Será o crescimento desigual a única via? **Congresso da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Brasília.

FERNANDES, Cátia (2001). A Índia – As novas tecnologias numa economia emergente. **Informação Internacional**. 89-125. Publicado em [http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1168/infor_inter_2000_I_III.pdf]. Disponibilidade: 23/01/2012.

GHOSHAL, Baladas (2003). India as an Emerging Power. **Contemporary Southeast Asia**. ABI/INFORM Global.

GORDON, Sandy (1997). Globalisation and Economic Reform in India. **Australian Journal of International Affairs**, 51(1)

GUIMARAES, Lytton L. (2008), Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS. **Revista Intellector**, V (9). Julho/Dezembro.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, George (2007). **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens** [Tradução Barbara Duarte]. Rio de Janeiro: Zahar.

MAASS, Citha D. (1997). O Dilema nuclear da Ásia Meridional: A Política Nuclear da Índia e sua Visão de Segurança. *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) Et. **Estratégias Índia e Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. p. 39-66.

NARLIKAR, Amrita (2009). Patriotismo peculiar ou cálculo estratégico? Explicando a estratégia de negociação da Índia em ascensão. *In*: HURRELL, Andrew et al. **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 101-24.

_____ (2007). All that Glitters is not Gold: India's rise to power. **Third World Quarterly**, 28 (5): 983 – 96.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de (2006). Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, 28 (2): 465-504. Publicado em http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Janina/Artigo_Contexto_-_Janina.PDF. Disponibilidade em: 16 /01/2012.

OLIVEIRA, Amaury Porto de (2008). Índia: Estratégia e Política Externa. *In*: Ministério Relações Exteriores. **Conferência Índia**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 139-56.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (2005). **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz (2003). **ÍNDIA: Atuação Regional e Mundial em um Cenário Político em Transformação**. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais, p. 1-11.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. (2010) Os Brics e a globalização: perspectivas da Índia e do Brasil. **Revista Liberdade e Cidadania**, 10, Outubro / Dezembro.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; GRASSI, Amaro Silveira (2008). **Índia, Estado pivô da integração regional do Índico. Reformas econômicas, abertura externa e integração desde 1990**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VOLODIN, Andrei (1997). A Índia em um ambiente internacional de mudanças. *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro et al (org.) **Estratégias Índia e Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 19-38.